

TERMINOLOGIA E TEXTOS DE ESPECIALIDADE NA ÁREA DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Fani Conceição Adorne*

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo analizar unidades léxicas especializadas desde el punto de vista de la relación del texto con sus condiciones de producción. Así que, es necesario reunir la terminología a partir de un enfoque lingüístico-comunicacional con los aportes originados de los estudios sobre el texto, con la finalidad de verificar la relación entre nivel de especialidad y tratamiento terminológico. El corpus es formado por cuatro textos sobre el área de políticas culturales en Brasil, que presentan niveles de especialidades distintas. Sobre la base de esas consideraciones el aporte teórico conlleva establecer la noción de especialidad como gradual, lo que permite hablar de textos más o menos especializados (Ciapuscio, 2003). La concepción de texto que se tiene es de objeto complejo que comporta diferentes niveles, bien como se utiliza la noción de género textual en la tradición de los estudios de bajtín y semióticos.

Palabras-Clave: Terminología; Género Textual; Texto De Especialidad; Políticas Culturales

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar unidades léxicas especializadas sob o ponto de vista da relação do texto com suas condições de produção. Para tanto, é necessário reunir a terminologia de enfoque linguístico-comunicacional com os aportes advindos dos estudos sobre o texto, no intuito de verificar a relação entre nível de especialidade e tratamento terminológico. O corpus é formado por quatro textos sobre a área de políticas culturais no Brasil, que apresentam nível de especialidade diferente. Parte-se do pressuposto teórico de que a noção de especialidade é gradual, o que permite falar de textos mais ou menos especializados (Ciapuscio, 2003). Adota-se a concepção de texto como objeto complexo que comporta diferentes níveis, bem como se utiliza a noção de gênero textual na tradição dos estudos bakhtinianos e semióticos.

Palavras-Chave: Terminologia; Género textual; Texto de especialidade; Políticas culturais

Abstract: This paper aims to analyze the specialized lexical units from the point of view of the connection between the text and its production conditions. To do so, it necessary to gather terminological theory based on communicational linguistics with the theoretical approaches stemming from studies on text in order to verify the connection between the degree of speciality and terminological treatment. The corpus is formed by four texts about the cultural politics field in Brazil, which have different levels of speciality. It starts from the theoretical assumption that the notion of specificity is gradual. This allows us to talk about texts that are more or less specialized (Ciapuscio, 2003). We adopt in this paper concepts of text as a complex object with different levels, therefore, we will use the notion of text genres in the tradition of bakhtin's and semiotics studies.

Keywords: Terminology; Text Genres; Text of Speciality; Cultural Politics

Cómo citar este artículo: ADORNE, Fani Conceição. Terminologia e textos de especialidade na área de políticas culturais no Brasil. *Debate Terminológico*. No. 08, Jun. 2012; pp. 42-54

1. Introdução

No artigo *La terminología desde el punto de vista textual: selección, tratamiento y variación*, publicado na revista *Organon* 26, em 1998, e na obra *Textos especializados y terminología* de 2003, Ciapuscio analisa a relação entre tratamento terminológico e grau de especialidade em textos que tratam de uma mesma descoberta científica. Seguindo a proposta de Ciapuscio, optamos por textos que tratam de aspectos centrais do debate atual sobre políticas culturais no Brasil.

Nossa escolha recaiu sobre quatro textos objetivando analisar como o dizer especializado da área de políticas culturais se configura na esfera governamental, acadêmica, institucional/profissional e midiática. É possível identificar quatro agentes centrais em cada um desses domínios discursivos que elaboram seu dizer e seu fazer conforme as intenções e as finalidades de sua comunicação com um determinado público.

No caso das políticas públicas de cultura, temos em linhas gerais um enunciador que representa o Estado ou ente governamental e elabora um instrumento de comunicação para expor suas decisões e ações e convencer os agentes de cultura a participar, ou seja, a implementar em última instância os planos delineados. Ao lado desse enunciador dotado de poder decisório, temos outro enunciador: o estudioso da área de políticas culturais que também elabora textos para comunicar um saber especializado de cunho crítico. Esse saber especializado do estudioso da área pode circular tanto na esfera acadêmica, na forma

*Mestre em Letras pela UFRGS, área de concentração em Teorias do Texto e do Discurso e Especialista em Economia da Cultura pela UFRGS. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Correo electrónico: faniadorne@gmail.com

de artigo científico, como na esfera que chamamos aqui de institucional/profissional. Trata-se, nesse caso, da comunicação que o especialista estabelece com o público profissional da cultura, que também pode ser visto como um semiespecialista, à medida que não produz conhecimento formal sobre a área. Estaríamos, assim, fora da esfera acadêmica e governamental, uma vez que essa comunicação é promovida ou intermediada por instituições não governamentais e não acadêmicas. É o caso do Instituto Votorantim, entidade privada e não acadêmica que mantém programas na área da cultura, eventos de discussão e organiza publicações no campo da cultura. Por último, temos a comunicação do especialista com um público mais amplo, que é divulgada por meio de um novo espaço de circulação de saberes: o eletrônico/digital.

Em nossa análise, essas quatro esferas ou universos de práticas discursivas relacionam-se com os seguintes gêneros textuais: o artigo acadêmico, o texto didático/instrucional, a palestra e a entrevista. Estamos chamando de texto didático/instrucional o discurso da esfera governamental que tem caráter, ao mesmo tempo, formador e manipulador, orientado para a aceitação de valores, decisões e ações. O texto escolhido para análise faz parte de um dos cadernos publicados pelo Ministério da Cultura do Brasil (MinC) intitulado sintomaticamente *Por que votar o Plano Nacional de Cultura*.

Partimos do pressuposto de que os textos que formam o nosso corpus adquirem estatuto especializado na relação que mantêm com a esfera social onde ocorrem e circulam. É no interior dos universos discursivos que a terminologia emerge para marcar formas de pertencimento de um saber. As diferenças terminológicas que o artigo acadêmico, o texto didático/instrucional, a palestra e a entrevista manifestam também fazem parte das diferentes estratégias que os enunciadores dispõem para ora marcar mais fortemente o pertencimento e circunscrever o ponto de vista conceitual sobre um determinado tema, convertido em objeto do conhecimento, ora para distender essa fronteira e fazer transitar esse conhecimento especializado, convertido em tema de discussão das redes sociais, dos fóruns da internet ou dos jornais.

2. Questões teóricas em torno da abordagem textual

A perspectiva textual, como bem demonstra Ciapuscio (2003) é imprescindível no tratamento do fenômeno da variação tanto conceitual como denominativa, do mesmo modo que o tratamento terminológico responde a determinações de ordem pragmática e discursiva. Como bem salienta a autora, o texto não só é um objeto complexo por sua própria natureza como se presta a diferentes abordagens conforme o paradigma adotado. Na prática, isso significa dizer que um ou outro aspecto do texto é privilegiado na análise sem que se esteja necessariamente diante de algum tipo de visão reducionista, até mesmo porque nenhuma teoria textual pode se colocar como *o modelo* capaz de abarcar em um único olhar todos os ângulos do objeto que pretende descrever.

O presente trabalho alinha-se, portanto, às investigações que tratam das relações entre terminologia de base linguística e texto de especialidade, mas opera com o conceito de gêneros no quadro da teoria do discurso e com aportes teóricos advindos da semiótica discursiva. Estas escolhas se justificam por duas razões: primeiro, em função de um percurso de formação, o que implica questões de eleição, e em segundo lugar, por determinações do domínio de especialidade escolhido, o das políticas culturais.

A compreensão da cultura como campo de saber e de ação política e também como setor econômico é relativamente recente no Brasil. As relações entre estas três dimensões da área cultural podem se mostrar problemáticas. Os textos que veiculam o conhecimento especializado desse domínio também revelam uma natureza diferenciada, marcada pela contraposição de conceitualizações e pela tentativa de conciliação de pontos de vista. Assistimos ao processo de constituição de um campo, que procura capturar seu objeto, circunscrevê-lo, em última análise, dar conta de sua dimensão cognitiva sem deixar de transparecer a dimensão fluída e o caráter híbrido deste mesmo objeto.

Os estudos terminológicos, a despeito da chamada *virada linguística* (Krieger e Finatto, 2004) fundamentada em conceitos como o do caráter poliédrico do termo e em postulados como o de *marco comunicativo plural* de que fala Cabré (1999:110), ainda pouco envereda por áreas fluídas e híbridas como é o caso da cultura. É uma constatação empírica, embora incontestável, que são mais frequentes os

levantamentos de repertórios terminológicos de áreas científicas como medicina, genética, física, química e assim por diante ou de setores de alto potencial comercial.

A questão que se evidencia aqui é que os textos que veiculam o conhecimento especializado de uma área nova e em processo de constituição como é o caso das políticas culturais, em nossa hipótese, exigem que se considerem aportes teóricos que possam contribuir para responder às seguintes questões:

- a) Qual a natureza dos textos que veiculam os conhecimentos específicos da área de políticas culturais?
- b) Quais os critérios que permitem dar conta do caráter mais ou menos especializado dos textos?
- c) Que questões de ordem terminológica estes textos colocam ao analista?

Antes de prosseguir nestas questões é preciso, mesmo de forma muito concisa, situar o processo de constituição da cultura como campo autônomo e legitimado para daí passar ao domínio das políticas culturais, foco deste trabalho. O conceito de campo ocupa no pensamento de Pierre Bourdieu uma posição central. Em obras como *O Poder Simbólico* e *As regras da arte*, a noção designa um espaço social que obedece a leis próprias. A autonomização deve ser compreendida como um processo orientado tanto pelos papéis que cada agente assume quanto pelos esquemas e estratégias de dominação que determinam as relações entre esses mesmos agentes.

A autonomia relativa do campo artístico¹ como espaço de relações objetivas em referência aos quais se acha objetivamente definida a relação entre cada agente e a sua própria obra, passada ou presente, é o que confere à história da arte a sua autonomia relativa e, portanto, a sua lógica original. (Bourdieu, 2011:71)

Os agentes englobam não apenas os produtores culturais, mas também o público, os analistas da produção cultural e as instituições. Temos, assim, um circuito organizado de produção, circulação e fruição cultural no qual se exerce um fazer e se produz um saber, concebidos na sua especificidade. A autonomia de uma área de conhecimento ou um campo de especialidade resulta, portanto, de uma complexa correlação de forças e de poder. A terminologia é uma parte importante desse processo de autonomia e legitimação não apenas porque ela reflete a organização conceitual de um domínio, como afirma Cabré, (domínio já consolidado acrescentaríamos), mas porque como nos faz ver Benveniste (1989: 252) *marca o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova*.

Esse papel de demarcação, como fronteira, embora fluída, exercido pela terminologia pode ser apreendido em seu movimento de constituição nos domínios novos como é o caso da cultura. O processo de consolidação do campo da cultura e mais especificamente da área das políticas culturais deve ser pensado nos textos, concebidos como objetos de comunicação do saber construído e acumulado. Mas estes textos podem corresponder a formas novas e ter uma circulação social diferente daquela que caracteriza as ciências exatas e da natureza ou outros saberes consagrados.

2.1. Texto, gênero e discurso

Uma dos méritos do enfoque linguístico-comunicacional da Terminologia é reconhecer que os textos revelam relações discursivas complexas que vão além da simples veiculação de conhecimentos especializados. O texto deve ser visto como um espaço de articulação, como uma rede (em consonância com sua própria etimologia de tecido/trama) em que, no caso dos textos especializados, se entrelaçam dimensão cognitiva, gramatical, semântica e pragmática.

Mas o texto especializado deve ser concebido também como espaço de convergência de valores, representados pelos conceitos. Essa abordagem calcada nos pressupostos da semiótica do discurso vem corroborar a afirmação de Krieger de que o texto não deve ser visto simplesmente como *lugar de projeção das terminologias*.² Isso significa dizer que as questões referentes ao gênero e ao discurso também fazem parte das investigações sobre as relações entre terminologia e texto especializado, tendo

¹ Bourdieu usa indistintamente em sua reflexão campo artístico, campo cultural ou simplesmente cultura.

em vista o reconhecimento da primeira e a caracterização do segundo. Essas observações de ordem teórica cobram sentido no trabalho do terminólogo que deve compreender que sua tarefa não consiste na mera extração de unidades especializadas, mas se converte em atividade de interpretação das determinações da ordem do gênero e do discurso que se projetam no texto especializado.

Não adentraremos aqui na discussão sobre gêneros textuais e discursivos. Adotaremos o postulado de J. Fontanille (2008: 83) de que texto e discurso *são dois pontos de vista diferentes sobre o mesmo processo significante*. Segundo Fiorin (2003: 30), o discurso é *o patamar do percurso gerativo de sentido* e o texto a unidade de manifestação dos diferentes níveis da geração do sentido. Essas definições, embora vistas aqui de forma muito sucinta, nos permitem falar do texto como um objeto complexo e também heterogêneo, porque nele se projetam as diferentes esferas discursivas e é nessas esferas discursivas e sociais que os textos circulam.

A discussão sobre gênero não se confunde com a de uma tipologia. A marca distintiva do gênero é sua capacidade de se moldar ao movimento incessante de construção, reorganização e desconstrução das práticas sociais, em que novos e inusitados arranjos são possíveis. A heterogeneidade das práticas e dos gêneros que as expressam, no entanto, não significa ausência de determinações para o dizer, ao contrário. Estamos sempre diante da tarefa de reconhecer as regras que determinam o dizer e o como dizer, qualquer que seja o gênero textual.

Esses apontamentos teóricos têm a finalidade de embasar, embora de forma bastante geral, as observações que fizemos acerca do corpus deste trabalho e nossas conclusões.

3. Organização do corpus

Com base em nossa opção teórica sobre gêneros e universos discursivos, obtivemos o seguinte esquema do corpus.

N1	Esfera acadêmica	Texto científico-acadêmico (comunicação entre pares)	Artigo científico
N 2	Esfera institucional (governamental)	Texto didático-instrucional (comunicação entre o âmbito governamental e os agentes de cultura)	Trecho do Caderno do MinC – <i>Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura</i>
N3	Esfera institucional/profissional	Texto de discussão (comunicação oral/transcrita entre especialista e público semiespecializado)	Palestra em Seminário
N4	Esfera midiática	Texto de divulgação (comunicação voltada a público amplo)	Entrevista publicada em blog da área da cultura

No esquema acima, N designa nível de especialidade e os textos estão dispostos em ordem decrescente quanto ao grau de especialização. No decorrer deste trabalho, utilizaremos os símbolos N1 para nos referirmos ao artigo científico, N2 para o trecho do caderno do MinC, N3 para a palestra e N4 para a entrevista. Para estabelecer a distinção entre os textos quanto ao grau de especialidade, adotamos os seguintes critérios: a) densidade conceitual, b) presença de terminologia e c) marcas composicionais e discursivas do gênero. A seguir são apresentadas algumas características dos textos que compõem o corpus.

O artigo científico configura-se em função de certas convenções que determinam o dizer e o como dizer. Entre estas convenções podemos citar a objetividade como efeito resultante, entre outros, de uma operação de apagamento da presença do sujeito enunciador. A voz que emerge do artigo científico, em função do espaço de circulação do discurso, tende a subsumir as representações da esfera da ciência em que é dada relevância ao que é dito e não a quem o diz, perceptível no resumo em que o grau de impessoalidade é maior (*o texto analisa, o artigo aborda*). A explicitação de procedimentos metodológicos, bem como a legitimação do dizer, perceptível pela recorrência ao discurso de outro especialista como estratégia de sustentação do dito, característica do discurso científico, podem ser reconhecidas nas notas ao final do texto (*utiliza-se aqui a caracterização feita pelo sociólogo..., ver Botelho*). E por fim, a densidade conceitual resultante do uso de unidades terminológicas complexas

² Krieger, Maria da Graça. *Do reconhecimento de terminologias: entre o linguístico e o textual* IN: Isquierdo, Aparecida Negri e Krieger, Maria da Graça (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Volume II, Campo Grande, MS: Ed UFMS, 2004, p.331.

associadas às convenções típicas do discurso da ciência em que o grau de abstração é maior. Esse grau de abstração maior, no entanto, se revela tanto pela presença de termos que representam o ponto de vista da área, como também pelo uso de termos convencionais das ciências em que os fenômenos, ao se converterem em objetos cognitivos, são postos “*a distância*”, independe da área de especialidade em questão, e passam a ser designados, por exemplo, por *paradigma*, *características estruturais*, *categoria*, *premissa* e assim por diante.

O texto que chamamos aqui de didático-instrucional guarda relações diretas com o manual e orienta-se para a explicitação de um fazer dado como ideal, porque expressa valores assumidos pelo discurso governamental. Esse tipo de texto aparece em publicações denominadas *cadernos*, o que revela a relação estabelecida com o discurso didático, de fazer-saber e de fazer-fazer. Há um descolamento em relação à esfera científica, em que o dizer é legitimado pela referência a um repertório de saberes consolidados pelo círculo de especialistas. A voz que emerge no texto do Caderno do Ministério da Cultura é a do poder público e o saber instrumentaliza um fazer ideal.

A palestra do especialista, embora guarde relações com o artigo científico, uma vez que o processo de conceitualização também se faz presente (*valorizar a diversidade significa..., cotejar os conceitos*), revela o não compartilhamento de saberes e a necessidade de levá-los a um público visto como semiespecialista. Isso justifica a presença de exemplos concretos, bem como as referências ao contexto da enunciação (*dois exemplos para ilustrar, vimos a pouco o vídeo que faz referência ao Museu da Maré. A Maré para quem não sabe*)

E por fim, temos a entrevista veiculada pelos novos suportes midiáticos: o blog especializado, que guarda relações de semelhança com as revistas especializadas. Optamos por dois textos (artigo científico e entrevista) da mesma pesquisadora. Como nossa intenção é analisar que alterações ocorrem no dizer especializado na passagem de um gênero textual para outro, acreditamos que esta circunstância pode evidenciar de forma interessante as modulações de um mesmo núcleo conceitual em domínios discursivos diversos.

Diferentemente das notícias e entrevistas de jornal de grande circulação em que é comum a assimetria de conhecimentos entre entrevistador e entrevistado, visto que normalmente não pertencem a mesma área de especialidade, no texto escolhido, enunciador e enunciatário compartilham conhecimentos. Este aspecto pode ser verificado na terminologia presente nas perguntas e mesmo na referência a estudiosos da área (*equipamentos culturais legitimados, Denise Grisnspum...assim como você cita as barreiras simbólicas...*). Feitas estas observações gerais sobre os gêneros textuais escolhidos passemos à análise do corpus e ao levantamento terminológico e de conceitos.

4. Análise do corpus

Ciapuscio (2003) compreende os textos como *objetos linguístico-comunicativos complexos* que podem ser analisados com base nos seguintes níveis: funcional, situacional, semântico e formal-gramatical. Estes diferentes níveis mantêm relações complementares que permitem descrever o texto tanto do ponto de vista de sua microestrutura (relações entre sintaxe, semântica e léxico) como de sua macroestrutura (referência a estilos e gêneros textuais). Em síntese, na concepção multidimensional do texto, defendida por Ciapuscio, os aspectos estruturais estão vinculados a uma dada organização enunciativo-discursiva que cabe ao analista descrever e interpretar.

Para a autora, o nível funcional compreende as funções textuais caracterizadoras das classes e os gêneros de textos. O nível situacional diz respeito tanto a fatores circunstanciais de tempo e lugar de uma dada produção textual como às esferas sociais mais amplas que condicionam o dizer. Já o nível semântico designa o chamado *núcleo conceitual do texto* associado à modalidade, ou seja, à atitude do produtor em relação à temática escolhida: seu grau de adesão ao dizer, seu interesse, sua avaliação positiva ou negativa de determinado tópico. Por fim, o nível formal-gramatical, segundo a autora, reúne os recursos linguísticos e não linguísticos associados a gêneros específicos. Assim, o chamado *estilo científico* é caracterizado por determinados modelos de formulação, que condicionam escolhas sintáticas e léxicas como, por exemplo, o uso de formas impessoais e da voz passiva para assinalar distanciamento em relação ao dizer. Nos textos de especialidade, a densidade e o tratamento terminológico são recursos lexicais fundamentais para a configuração de seu estatuto especializado. Em síntese, na concepção

multidimensional do texto, defendida por Ciapuscio, os aspectos estruturais estão vinculados a uma dada organização enunciativo-discursiva que cabe ao analista descrever e interpretar.

Não é objetivo de nossa análise explorar de forma exaustiva cada um desses níveis e muito menos todas as implicações discursivas do dizer manifesto. Neste trabalho indicamos alguns aspectos mais relevantes que nos permitem verificar como a questão dos gêneros e das esferas sociais de circulação do saber cumprem um papel decisivo no tratamento terminológico em textos da área de políticas culturais. Portanto, na análise do corpus, concentramos nossa atenção nos seguintes aspectos: as funções predominantes dos textos; as relações que mantêm com o contexto, incluindo as esferas sociais e os interlocutores; o foco temático e a modalização do dizer e, por fim, os recursos verbais que se manifestam pelo uso de unidades terminológicas.

4.1 Nível funcional

Os quatro textos, designados aqui como N1, N2, N3 e N4 (conforme o esquema do corpus exposto anteriormente), manifestam uma mesma função: expor informações, o que, segundo Costa (2008: 23), *se liga à transmissão e construção de saberes*. Essa função, que o autor designa como capacidade de linguagem, guarda relações com o propósito informativo de que fala Ciapuscio, mas queremos chamar atenção aqui para a questão da intencionalidade que incide sobre a informação veiculada. A função de argumentar (de dirigir nas palavras de Ciapuscio, no sentido de fazer com que o interlocutor faça algo ou assumam uma determinada atitude) não é subsidiária nos textos selecionados para esta análise. Ela é uma função central, uma vez que, em nossa hipótese, a informação é uma estratégia orientada para o convencimento acerca da propriedade dos conceitos desenvolvidos.

No caso de N1, ao mesmo tempo em que dados são disponibilizados (*o artigo aborda, pretende-se fazer algumas considerações*) é possível verificar a busca por revelar significados e defender pontos de vista (*a discussão do que se entende por cultura, a ideia repousa sobre dois postulados implícitos, na direção de uma defesa da...*).

Em N2 estamos claramente diante de um enunciador que não se limita a fornecer informações sobre ações que estão sendo tomadas ou de esclarecer conceitos. Há uma valoração positiva que, voltamos a dizer, não é secundária, mas central, reconhecível pela seleção de palavras de caráter valorativo tanto de verbos como de qualificativos (*acumula avanços significativos, promoção de mecanismos mais transparentes e igualitários, um dos destaques é a lei*).

Em N3 e N4 a função de argumentar é explicitada, uma vez que são textos que se dirigem aos seus interlocutores com a intenção de se inserir em um debate de ideias. No caso de N3, trata-se de uma palestra proferida em um seminário e, no caso de N4, de uma entrevista. Entre as marcas linguísticas dessa atitude, podemos citar as referências ao discurso de um outro e as perguntas retóricas, em ambos os casos há uma intenção de conduzir o interlocutor ou de induzi-lo (*o que interessa realmente é cotejar, o que significa, então falar em, Por quê?, o que devemos considerar é que, não quer dizer que*).

4.2. Nível situacional

Os quatro textos que compõem o corpus estão disponíveis em meio eletrônico, portanto não têm circulação restrita. Dada a forma de circulação dos textos, torna-se problemático falar no caso do artigo científico (N1) de uma comunicação restringida a um público especialista, como o faz Ciapuscio. No caso de N2, os cadernos do MinC são disponibilizados em sua versão impressa aos agentes de cultura da esfera pública, mas mesmo assim não podemos rigorosamente falar em circulação restrita. A noção de assimetria de conhecimentos, no entanto, permanece operacional, mas o critério de restrição se mostra discutível fora de certos âmbitos científicos e profissionais.

Nos textos do corpus temos graus diferentes de assimetria entre enunciador/especialista e enunciatários. Vamos nos deter aqui no caso de N4. Trata-se de uma entrevista concedida a um blog voltado especificamente para questões da área da cultura e não para manifestações artísticas em geral. É preciso considerar que há ao mesmo tempo uma assimetria pressuposta entre o enunciador/especialista e o público em geral, evidenciada pela pergunta do entrevistador do blog (*Gostaria que você explicasse um pouco mais o que é a democratização cultural*) e uma simetria igualmente pressuposta entre

enunciador/entrevistador e enunciatário/especialista, manifesta pelo desencadeador de pressuposição mais. A pergunta solicita definição de um termo (*democratização cultural*) para um público não especialista, enquanto o advérbio mais pressupõe que a informação já é do conhecimento, só se pode solicitar uma explicação a mais se essa explicação de alguma forma já foi oferecida.

4.3. Nível semântico

Optamos pelo critério de associação temática, ou seja, selecionamos quatro textos que apresentam quatro núdulos conceituais da área de políticas culturais: a) cultura, b) políticas culturais, c) diversidade cultural e d) democracia cultural.

Os textos enfatizam aspectos temáticos diferentes. N1 concentra-se no núdulo conceitual de políticas públicas de cultura, termo recorrente ao longo do texto, mas é dada ênfase à discussão teórica de modelos conceituais (*o estudo inaugural de Bourdieu (1969) sobre os museus foi o modelo que se generalizou...*). N2 enfatiza a ação dos diferentes agentes implicados no planejamento, execução e vivência das políticas públicas: o Estado, os agentes de cultura e o público, este último nomeado como sociedade civil. Como desdobramento deste enfoque temático, são frequentes os verbos de ação e substantivos deverbiais em detrimento da discussão teórica, ou seja, orienta-se um fazer, como indica o próprio gênero textual dos manuais (*para orientar as decisões de..., promoção de mecanismos..., afirmação do papel do Estado*).

Tanto em N3 como em N4, a discussão teórica está presente, no entanto, há uma nítida opção pelos núdulos cognitivos da *diversidade* e da *democratização cultural* e a ênfase recai sobre os agentes de cultura e as práticas culturais. Há um deslocamento da discussão teórica em direção às práticas culturais concretas e os agentes de cultura são nomeados (*uma parcela dos jovens brasileiros, as expressões culturais dos jovens, os jovens têm uma cultura muito própria*). As exemplificações são frequentes nos dois textos.

4.4. Nível formal-gramatical

Os textos do corpus revelam as características prototípicas dos seus gêneros textuais. Em N1 temos um enunciador especialista que se vale da terceira pessoa e das formas passivas, tendo em vista o efeito de sentido da objetividade, construído por meio do distanciamento e mesmo do apagamento do sujeito enunciador (*Chama-se a atenção, ainda, para um aspecto de ordem estrutural*). No entanto, não devemos esquecer que se trata também de um texto de teor crítico, que assume posicionamentos. Essa característica se reflete no uso da segunda pessoa do plural, que aproxima o enunciador do enunciatário pelo compartilhamento de experiências, e na presença de qualificativos (*Afora nossa dolorosa particularidade história, essa busca pelo patrocínio*).

A discussão conceitual proposta pelo texto se constrói por meio de unidades léxicas especializadas frequentes no texto (*dimensão antropológica e sociológica da cultura, patrimônio histórico e artístico nacional, políticas culturais, fontes de financiamento, captação de recursos*). Embora as comparações e o recurso à metáfora estejam ausentes, as reformulações parafrásicas estão presentes, desencadeadas por marcadores de reformulação como *ou seja*. A frase a seguir exemplifica o que estamos afirmando, em que o sintagma especializado é reformulado por meio de uma citação indireta.

Da mesma forma, o teatro mais comercial da Broadway, em Nova York, acaba tendo o mesmo tipo de patrocínio governamental indireto, ou seja, a classe teatral tem o apoio de uma lei trabalhista que atende à sociedade em geral (Botelho, 1997).

Esse tipo de reformulação, no entanto, está associado muito mais às estratégias discursivas da argumentação do que a propósitos informacionais. Basta observar que determinadas unidades especializadas não sofrem tratamento reformulativo, é o caso de elos da cadeia criação, formação, difusão e consumo, elos da cadeia da criação – produção, difusão, consumo, elos da produção cultural.

Analisemos agora a mudança que ocorre em N4 do ponto de vista léxico-gramatical. Tanto no artigo (N1) como na entrevista (N4) temos o mesmo enunciador, no entanto, em função do gênero textual e do universo discursivo, o grau de especialidade se altera. A unidade léxica especializada *dimensão*

antropológica da cultura sofre reformulação em N4. Mas, o mesmo nóculo conceitual é discutido: trata-se da questão do conceito de cultura. No quadro a seguir estão dispostas lado a lado as formulações acerca desse nóculo conceitual em N1 e N4 para favorecer a comparação entre os processos reformulativos do dizer do especialista, condicionados pelas diferentes condições de produção do discurso.

Nóculo conceitual	N1	N4
Cultura	<p>Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. (...) Desse modo a cultura fornece aos indivíduos aquilo que é chamado por Michel de Certeau, de “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários”.</p> <p>(...) esta dimensão é, no entanto, geralmente eleita como a mais nobre, já que é identificada como a mais democrática, em que todos são produtores de cultura, pois ela é a expressão dos sentidos gerados interativamente pelos indivíduos, funcionando como reguladora dessas relações e como base da ordem social.</p>	<p>Comportamento é cultura. A cultura no sentido amplo, é tudo isso: são os costumes, a sua maneira se relacionar com o mundo. Cultura, na dimensão antropológica, é tudo o que o homem produz material ou simbolicamente falando. Por isso que essa fala é muito charmosa, porque é a coisa mais democrática que tem é você reconhecer que todos nós produzimos cultura.</p> <p>A cultura não consegue, sozinha, resolver questões que não estão na esfera dela. Ela deve funcionar como articuladora, seja em conjunto com as secretarias de saúde ou da educação. Mas ela não dá conta sozinha dos problemas do ser humano, da sociedade.</p>

Observa-se em N4 a presença de frases curtas de caráter sentencioso, o emprego de expressões do senso comum e a invocação do enunciatário/público leigo (*Comportamento é cultura, e a coisa mais democrática que tem é você reconhecer...*).

Ao longo da entrevista é recorrente o uso de expedientes narrativos e de exemplificações. Além disso, o termo cultura surge pessoalizado (*a cultura não consegue, sozinha...*) ao contrário de N1 e mesmo N2 em que é referendada por expressões como *universo, setor, área* e associada aos direitos sociais (*reconhecimento da cultura como necessidade básica*).

No quadro comparativo a seguir procuramos chamar atenção para a variação conceitual presente no corpus com base no nóculo conceitual *democracia cultural*. Evidencia-se aqui uma visão avaliativa de caráter negativo do termo *democratização da cultura*, vista como tributária da separação entre cultura erudita e cultura popular. Consoante a este paradigma das políticas culturais no Brasil, a cultura produzida pelos segmentos da população não identificados com os saberes eruditos era excluída dos programas de acesso aos bens culturais. As expressões grifadas assinalam a variação conceitual entre *democratização da cultura* e *democracia cultural* com explícita preferência pelo termo *democracia cultural* e sua variante denominativa *democratizar a cultura*.

Nóculo conceitual	Variação conceitual		
	N1	N3	N4
Democracia cultural	<p>A força dos resultados teve papel fundamental na mudança de paradigma, pois hoje não se fala mais em democratização da cultura, mas sim em democracia cultural, que, ao contrário da primeira, tem por princípio favorecer a expressão de subculturas particulares e fornecer aos excluídos da cultura tradicional os meios de desenvolvimento para eles mesmos se cultivarem, segundo suas próprias necessidades e exigências.</p>	<p>Concebendo cada cultura como variante da experiência humana e o reconhecimento das expressões artísticas como resultado da história do capitalismo ocidental, um “agente cultural” – a serviço do Estado e/ou da sociedade – não se coloca hoje a “tarefa de “levar” cultura para os “sem cultura””. (...) Do ponto de vista governamental e/ou não governamental, democratizar a cultura é ampliar as possibilidades de escolha em todos os segmentos sociais.</p>	<p>Retoricamente esse é um termo que acompanha as políticas públicas de cultura desde os anos 60, mas a fala termina sendo vazia. Primeiro, não podemos falar em democratização da cultura, porque cultura todos nós temos. Ela pode ser muito precária, dependendo da formação de cada indivíduo, mas ela existe. Então, o que podemos falar, é em democratização de acesso a determinados bens culturais.</p>

Em N3 associa-se a fala do senso comum (*levar cultura para os sem cultura*) com a linguagem característica do discurso especializado em que há uma contextualização histórica (*resultado da história do capitalismo ocidental*) e conceitual (*do ponto de vista ...*). A terminologia está presente (*agente cultural, democratizar a cultura*), mas, diferentemente de N1, são evitadas expressões de circulação mais restrita, dadas as implicações de seu uso em uma comunicação oral voltada para um público mais amplo. É o caso da expressão *subculturas particulares* que aparece em N1 e da expressão *segmentos sociais*, de uso corrente, empregado em N3. É necessário salientar que, embora N4 empregue uma unidade sintagmática especializada (*democratização de acesso a determinados bens culturais*), esta unidade é precedida por fórmulas características da linguagem informal (*Então, o que podemos falar*).

Do ponto de vista léxico-gramatical, em N2, destacam-se recursos típicos do discurso instrucional-didático: uso de nominalizações e de verbos no futuro indicando a configuração de uma ação, no caso, do poder público, no papel de formulador de políticas (*A reforma da lei de incentivo também visará estender ..., instrumento que vai estabelecer, deverão continuar...*) e de marcadores de direcionamento (*para orientar as decisões de..., seu objetivo...*). O texto também revela seu direcionamento no uso de qualificativos positivos acerca da ação do Estado. Esse aspecto faz ver que a função de expor, no sentido de um fazer-saber, neste tipo de texto, está a serviço de uma intencionalidade: convencer o enunciatário da adequação e propriedade das ações do Estado. Os qualificativos surgem, então, ancorados em valores consensuais como a democracia (*todo esse processo democrático de afirmação do papel do Estado*). Embora N4 revele uso recorrente de léxico especializado (*Lei Rouanet, Fundo Nacional de Cultura, lei de incentivo, política de cultura*) predomina a intenção pragmática sob a reflexão conceitual. O uso de léxico especializado é considerável, mas não há expansão dos nódulos conceituais apontados anteriormente, como ocorre em N1, em função das características desse gênero discursivo.

5. Termos³ da área de políticas culturais e variação terminológica

Na identificação dos candidatos a termo optamos por dois critérios: a) pertinência temática em relação aos quatro nódulos cognitivos citados anteriormente (cultura, políticas culturais, diversidade e democracia cultural) e b) recorrência. O critério de recorrência exige um esclarecimento. A opção pelo termo recorrência em vez de frequência não é fortuita, queremos com isso frisar a relação conceitual e não o aspecto meramente quantitativo. Consoante com este critério, a variação terminológica deve ser compreendida como resultado das determinações sócio-discursivo-enunciativas manifestadas nos textos.

Apontamos a seguir os candidatos a termo associados aos nódulos conceituais e, em seguida, analisamos alguns casos de variação terminológica presentes no corpus. Antes é preciso esclarecer que fizemos uma seleção das unidades léxicas especializadas com o objetivo de elaborar uma amostragem.

N1
Nódulo conceitual – Cultura
Universo da cultura, dimensão antropológica, dimensão sociológica, área da cultura, setor, áreas artístico-culturais, animadores culturais, práticas culturais, vida cultural
Nódulo conceitual – Políticas culturais
Fontes de Financiamento, política cultural, formulação de políticas, investimento governamental, militantes da área cultural, leis de incentivo fiscal federal, estaduais e municipais, projetos, financiamento das atividades artísticas e culturais, criação, formação, difusão e consumo, captação de recursos via leis de incentivo fiscal, oferta da cultura
Nódulo conceitual – Diversidade cultural
Fazer cultural, erudito, popular, manifestações de caráter mais local, diversidade cultural, pluralidade cultural
Nódulo conceitual – democracia cultural
Acesso à cultura, organismos descentralizados, política de democratização da cultura, barreiras simbólicas, democracia cultural, equipamentos culturais, desigualdade de acesso à cultura tradicional, desigualdades culturais, política de democratização do acesso à cultura, capital cultural

N2
Nódulo conceitual – Cultura
Agentes culturais, setores, segmentos do patrimônio e da produção artística, literária e cultural
Nódulo conceitual – Políticas culturais
Política pública contínua para a cultura, produção e fruição culturais, política de cultura, financiamento da política pública de

³ Utilizamos termo para designar as unidades léxicas especializadas independentemente de sua extensão. Portanto, termo engloba neste trabalho tanto as unidades sintagmáticas simples como as unidades léxicas complexas, uma vez que não estabelecemos critérios formais de distinção. Reconhecemos que esta é uma discussão interessante, mas que se coloca fora dos objetivos deste trabalho.

cultura, distribuição, consumo e fruição cultural, produção, modelo de financiamento, fontes de recursos
Nóduo conceitual – Diversidade cultural
Diversidade brasileira
Nóduo conceitual – democracia cultural
Acesso à produção da cultura, ampliação do acesso à cultura para a população

N3
Nóduo conceitual – Cultura
Cultura, expressões artísticas, patrimônio cultural, campo artístico, expressões culturais, produtores culturais, agentes culturais, linguagens artísticas, fazeres artísticos
Nóduo conceitual – Políticas culturais
Formulação de políticas públicas, recursos, unidades de produção, recepção e disseminação culturais, produção e fruição, política pública de cultura, projetos e política culturais
Nóduo conceitual – Diversidade cultural
Culturas dominadas e dominantes, grupos culturais juvenis, artes ou estilos emergentes, pluralidade, diversidade cultural, acúmulo das artes consagradas, cultura popular, cultura erudita, cultura digital
Nóduo conceitual – democracia cultural
Democratização da cultura, circuitos, indústria cultural, circuitos culturais e artísticos convencionais, acesso à fruição, demanda por cultura, produção de novos bens culturais, redistribuição de acesso aos bens culturais, possibilidades de acesso à cultura, democratizar a cultura

N4
Nóduo conceitual – Cultura
Linguagens, repertórios culturais, manifestação, práticas culturais, área da cultura, universo dos conteúdos simbólicos, setor da cultura
Nóduo conceitual – Políticas culturais
Políticas públicas de cultura, pacotes culturais, equipamentos culturais, indústria cultural, circuito, demanda, investimento na área cultural, legislação fiscal, produção, investindo na área cultural, projeto, proponente, gestão cultural pública
Nóduo conceitual – Diversidade cultural
Cultura erudita, repertório de produtos culturais mais sofisticados, repertório universal de grandes obras disseminado, repertório erudito, culturas do centro e da periferia, cultura popular
Nóduo conceitual – democracia cultural
Acesso à cultura, democratização de acesso a determinados bens culturais, democracia cultural, políticas de democratização de acesso à cultura, concentração

Do ponto de vista terminológico, os quadros revelam a predominância de unidades sintagmáticas complexas. Essas unidades adquirem estatuto especializado na relação que mantêm com os universos de discurso e com os propósitos pragmáticos da comunicação. Na formação dos sintagmas, verifica-se que as expansões léxicas se organizam em torno do termo cultura. Esse termo desempenha, portanto, papel central no processo de denominação típico da área de políticas culturais. Seu uso como adjetivo indica valor classificatório, o que pode ser verificado em expressões como *práticas culturais*, *agentes culturais*, *diversidade cultural*. Esse processo de denominação é compatível com as estratégias definidoras de um campo de conhecimento organizado e autônomo, que lança mão de uma terminologia própria: o das políticas culturais.

Do ponto de vista textual, a busca de expressividade justifica as variações denominativas no mesmo texto, em que a repetição de um termo tende a ser evitada. Assim, em N1, *universo da cultura* e *área da cultura* fazem referência ao mesmo fenômeno. A variação também ocorre em função de questões pragmáticas e da relação que o texto mantêm com o público a que se destina. Estamos diante do registro formal e não formal e de suas implicações na variação terminológica. Em N1 (texto do registro formal especializado), são empregadas as variáveis *cultura clássica* e *práticas nobres* para se referir ao termo *cultura erudita*. Em N4, texto produzido pelo mesmo enunciador, mas que pertence a um registro não formal (a comunicação em meio digital) encontramos a expressão “a” *cultura* para se referir ao termo *cultura erudita*, o uso do artigo e das aspas assinalam o uso cotidiano do termo. Neste caso a variação pode ser explicada por questões inerentes à situação de comunicação, em que o enunciador ajusta sua fala a um leitor não especializado. Em N3 o enunciador lança mão dos termos *cultura dominada* e *cultura dominante* ao lado dos termos *cultura erudita* e *cultura popular* e *estilos emergentes*, o que também revela os condicionamentos da situação de comunicação.

6. Considerações finais

Cabré (1999) assinala que a teoria clássica da Terminologia concebia os termos apenas em um registro: formal profissional. Embora a TCT tenha avançado de forma significativa nesta questão ao

propor que se considerem marcos comunicativos plurais na investigação terminológica, ainda é difícil tratar a terminologia que ocorre em registros não formais. Esta problemática torna-se especialmente importante nos domínios especializados em processo de consolidação. É o caso das políticas culturais em que os estudos teóricos se encontram em desenvolvimento e a flutuação conceitual é considerável. É o que assinala Antonio Albino Canelas Rubim (2007) na parte inicial de um artigo que reproduzimos a seguir:

Os estudos de políticas culturais no Brasil, além da dispersão em diferentes áreas disciplinares, com algum destaque para a Sociologia, História e Comunicação, têm se caracterizado, em geral, pela análise empírica de experimentos efetivos de políticas culturais, desenvolvidas em espaços e tempos determinados. (...) Pouca atenção tem sido destinada às questões mais teóricas e conceituais. (...) Tal esforço, não resta dúvida, emerge como essencial para a constituição deste campo singular de estudos.

O texto de Rubim fornece subsídios para compreender um fenômeno manifesto no corpus que compõe esta análise: a presença de definições conceituais e de variação denominativa mesmo nos textos que assinalamos como mais especializados. Os estudos terminológicos em áreas científicas consagradas como as ciências exatas e biológicas, por exemplo, revelam um funcionamento diferente: quanto mais especializado o texto menos tratamento terminológico e menos necessidade de definições.

Freixa (2002), ao refletir sobre as causas da variação denominativa em Terminologia, cita entre outras as causas estilísticas, funcionais e cognitivas. A variação denominativa que encontramos no corpus se deve, sobretudo, a estas três causas. No entanto, a causa cognitiva é determinante para explicar a variação denominativa observada no corpus. São os pontos de vista teóricos diferentes ou a ênfase a diferentes traços dos nódulos conceituais que explicariam a variação denominativa. Os termos *universo cultural*, *área cultural* e *setor cultural* estão associados a diferenças de enfoque que podem se manifestar dentro do mesmo texto.

O termo *área* refere-se mais genericamente a um campo de saberes enquanto *setor*, associa-se às determinações de ordem econômica e profissional. Essa mesma relação pode ser observada entre os termos *agentes culturais* e *produtores culturais*. Os termos *oferta/criação* e *consumo/fruição* fazem referência aos mesmos elos da cadeia de produção cultural, mas revelam dimensões conceituais diferentes: os termos *oferta* e *consumo* ou mesmo *demanda* estão associados à dimensão econômica da cultura vista como setor da economia, já os termos *criação* e *fruição* remetem à dimensão simbólica da cultura tratada, então, como área. A co-ocorrência destes termos, no caso de N2, faz parte das estratégias discursivas deste tipo de texto, em que o agente governamental responsável pela formulação das políticas de cultura busca harmonizar duas dimensões (a simbólica e a econômica), que não apresentam as mesmas conotações. Assim, enquanto a conotação positiva da dimensão simbólica é consensual, o mesmo não ocorre com a dimensão econômica, que pode vir marcada negativamente. Tem-se aqui uma questão que a semiótica discursiva trata como a problemática do valor. As conotações positivas e negativas dos termos de que fala Freixa (2002) poderiam integrar as investigações mais amplas sobre o valor no interior da Terminologia. Esta questão mereceria um aprofundamento que não será possível fazer aqui em função dos limites deste trabalho.

Por fim, é preciso destacar o exemplo mais emblemático de diferentes conceitualizações visto no corpus. O termo *democracia cultural* é contraposto à unidade léxica *democratização da cultura*. A variação terminológica, nesse caso, não só revela uma diferença de ponto de vista teórico, mas, sobretudo, uma estratégia: a de evitar a conotação negativa que o segundo termo carrega por razões históricas, se considerarmos o que Rubim chamou de *experimentos efetivos de políticas culturais*. Poderíamos dizer, seguindo o raciocínio anterior, que o termo *democracia cultural* estaria revestido de um valor positivo pelo apagamento de um processo de direcionamento visto como unilateral (levar algo, no caso um tipo de cultura para alguém desprovido de cultura).

Gostaríamos de concluir esta análise com dois pontos que consideramos relevantes para tratar a terminologia de áreas novas e marcadas pela fluidez e pelo hibridismo, como é o caso da área de políticas culturais. Em primeiro lugar, o terminólogo terá que se deparar com o problema do texto e considerar as diversas abordagens, tendo em vista os objetivos de sua investigação. Em relação a esse aspecto, reconhecemos que a compreensão da natureza do termo como unidade da língua encontrou na linguística uma base de apoio extremamente produtiva, mas precisamos admitir igualmente que a articulação entre

texto/discurso e estudos terminológicos precisa avançar mais. Para que isso ocorra é necessário que a perspectiva textual adotada também não seja vista como uma mera moldura teórica. Acreditamos que a teoria semiótica juntamente com as discussões sobre os gêneros textuais podem trazer subsídios importantes para a compreensão do funcionamento discursivo dos termos.

Em segundo lugar, é importante que nos debrucemos de fato sobre diferentes situações de comunicação especializada, tendo em vista também as demandas dos usuários. Essa tarefa significa, na prática, não só considerar registros não formais em que a terminologia está presente paralelamente aos registros formais, como também ajustar nossos instrumentais teóricos e procedimentos metodológicos para tratar da terminologia que circula nos universos midiáticos, consoante ao interesse crescente que os textos especializados têm despertado junto ao grande público.

Referências bibliográficas

Barros, Diana Luz Pessoa de e Fiorin, José Luiz (orgs.) *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. 2 ed., São Paulo: EDUSP, 2003.

Botelho, Isaura. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo em Perspectiva, 15(2), 2001, p. 73-83. Disponível na Internet via <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>

_____. As práticas culturais em São Paulo. Disponível na Internet via <http://www.blogacesso.com.br/?p=3>

Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. 15ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Brasil. *Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura: conceitos, participação e expectativas*. Brasília: Ministério da Cultura, abril, 2009, p. 26-27.

Cabré, Maria Teresa. *A terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

_____. *La Terminología: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Série Monografies, 3. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

Ciapuscio, Guiomar. *Textos especializados y terminología*. Iula, Barcelona, 2003.

_____. *La terminología desde el punto de vista textual: selección, tratamiento y variación*. Organon/UFRGS, Instituto de Letras, v. 12, nº 26, 1998, p. 43-65.

Costa, Sérgio Costa. *Dicionário de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

Krieger, Maria da Graça e Finatto, Maria José Bocorny. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo, Contexto: 2004.

Krieger, Maria da Graça. *Do reconhecimento de terminologias: entre o lingüístico e o textual* IN: Isquerdo, Aparecida Negri e Krieger, Maria da Graça (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Volume II, Campo Grande, MS: Ed UFMS, 2004, p. 327-339.

Fontanille, Jacques. *Semiótica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

Freixa, Judit. *Reflexiones acerca de las causas de la variación denominativa en terminología*. In Ramos, Gloria Guerrero e Lagos, Manuel Fernando Pérez. *Panorama actual de la terminología*. Granada, 2002, p. 107-115.

Rubim, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível. O público e o privado, nº 9, jan./jun, 2007, p. 33-47. Disponível na internet via http://www.cultura.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2011/07/antonio_albino_canelas_rubim.pdf

Sager, J. *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. Madrid: Pirámide/Fundacion Germán Sanchez Ruipérez, 1993, p. 187-228.

Seminário Internacional de Democratização Cultural: Acesso à cultura e promoção da cidadania. Disponível na internet via <http://cenpec.org.br/biblioteca/cultura/artigos-academicos-e-papers/i-seminario-internacional-de-democratizacao-cultural-acesso-a-cultura-e-promocao-da-cidadania>